

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Carminha Aparecida Visquetti

E-mail:

carminhavisquetti@msn.com

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Brasil

Submetido: 22/05/2020

Aprovado: 30/04/2021

Publicado: 30/03/2022

 10.20396/rho.v22i00.8659737

e-Location: e022005

ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023): VISQUETTI, C. A.; FERREIRA, N. V. C. "A zona rural é a que recebe os neófitos..." formação de normalistas rurais nas escolas normais rurais brasileiras e em Mato Grosso (1940-1960). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 22, p. 1-16, 2022. DOI: 10.20396/rho.v22i00.8659737. Disponível em: <https://bityli.com/QsUxM>. Acesso em: 30 mar. 2022.

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



"A ZONA RURAL É A QUE RECEBE OS NEÓFITOS..." FORMAÇÃO DE NORMALISTAS RURAIS NAS ESCOLAS NORMAIS RURAIS BRASILEIRAS E EM MATO GROSSO (1940-1960)¹



Carminha Aparecida Visquetti*

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso



Nilce Vieira Campos Ferreira**

Universidade Federal de Mato Grosso

RESUMO

Neste texto temos como objetivo analisar a educação rural, a formação ofertada a professoras rurais com enfoque na região Centro Oeste e a atuação do Movimento de Educação de Base – MEB em Mato Grosso. De caráter qualitativo e documental, a pesquisa consubstanciou-se nos elementos da História Nova. Constituem fontes para esta pesquisa: jornal impresso A Cruz (1963, 1964), produzido em Cuiabá/MT; Revistas da Campanha Nacional de Educação Rural – RCNER, (1957, 1959); Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação (1944) e mensagens presidenciais do estado de Mato Grosso (1951, 1952, 1956). Como aporte teórico para reflexões que trazemos, temos Sud Mennucci (1934), Gervásio Leite (1944), Ferreira Mendes (1944), entre outros. Inicialmente discutimos algumas diretrizes da educação rural mato-grossense e os desafios da formação de professoras rurais dessa região. Por fim, evidenciamos algumas ações do Movimento de Educação de Base em Mato Grosso. Apontamos que apesar das justificativas em defesa da escola rural e da formação de normalistas para atuarem na educação rural, não foi proporcionado meios para o seu desenvolvimento, evidenciados nos baixos salários pagos a professores, infraestrutura precária ou inexistência de prédios escolares adequados, livros didáticos que não condiziam com a realidade do meio rural, entre outros fatores.

PALAVRAS-CHAVE: Política de educação. Movimento de educação de base. Formação de professores rurais em Mato Grosso.

“THE RURAL AREA IS THE ONE THAT RECEIVES NEOPHYTES ...” TRAINING OF RURAL NORMALISTS IN BRAZILIAN NORMAL RURAL SCHOOLS IN MATO GROSSO (1940-1960).

Abstract

In this text we aim to analyze rural education, the training offered to rural teachers with a focus on the Midwest region and the performance of the Basic Education Movement – MEB in Mato Grosso. Of a qualitative and documentary nature, the research was consolidated in the elements of New Story. Sources for this research are found: printed newspaper A Cruz (1963, 1964), produced in Cuiabá/MT; National Rural Education Campaign Magazines - RCNER, (1957, 1959); Anais of the Eighth Brazilian Congress of Education (1944) and presidential messages of the state of Mato Grosso (1951, 1952, 1956). As a theoretical contribution to the reflections we bring, we have Sud Mennucci (1934), Gervásio Leite (1944), Ferreira Mendes (1944), among others. Initially we discussed some guidelines of rural Education in Mato Grosso and the challenges of the formation of teachers in this region. Finally, we show some actions of the Basic Education Movement in Mato Grosso. We point out that despite the justifications in defense of the rural school and the training of normalists to act in rural Education, no means for their development was provided, evidenced in the low salaries paid to teachers, precarious infrastructure or lack of adequate school buildings, textbooks that did not match the reality of rural areas, among other factors.

Keywords: Education policy. Basic education movement. Rural teacher training in Mato Grosso.

“LA ZONA RURAL ES LA QUE RECIBE NEOFITOS ...” FORMACIÓN DE NORMALISTAS RURALES EN LAS ESCUELAS NORMALES RURALES BRASILEÑAS Y EN MATO GROSSO (1940-1960)

Resumen

En este texto pretendemos analizar la educación rural, la formación que se ofrece a los docentes rurales con un enfoque en la región del Medio Oeste y el desempeño del Movimiento de Educación Básica - MEB en Mato Grosso. De carácter cualitativo y documental, la investigación se consolidó en los elementos de Nueva Historia. Se encuentran fuentes para esta investigación: el periódico impreso A Cruz (1963, 1964), producido en Cuiabá/MT; Revistas de la Campaña Nacional de Educación Rural - RCNER, (1957, 1959); Anais del Octavo Congreso Brasileño de Educación (1944) y mensajes presidenciales del estado de Mato Grosso (1951, 1952, 1956). Como contribución teórica a las reflexiones que traemos, tenemos Sud Mennucci (1934), Gervásio Leite (1944), Ferreira Mendes (1944), entre otros. Inicialmente discutimos algunas pautas de la educación rural en Mato Grosso y los desafíos de la formación de maestros en esta región. Por último, mostramos algunas acciones del Movimiento de Educación Básica en Mato Grosso. Señalamos que a pesar de las justificaciones en defensa de la escuela rural y la formación de normalistas para trabajar en la educación rural, no se les brindó los medios para su desarrollo, como lo evidencian los bajos salarios pagados a los docentes, la precaria infraestructura o falta de edificios escolares adecuados, libros de texto que no se ajustan a la realidad de las zonas rurales, entre otros factores.

Palabras clave: Política educativa. Movimiento de educación básica. Formación docente rural en Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

Este estudo está ancorado em estudos históricos a partir de uma pesquisa que só adquiriu sentido quando nos propusemos a ir a campo para localizar, reunir e analisar um conjunto de documentos como legislações, relatórios e mensagens que evidenciam um fato intrigante: a formação de professoras e professores normalistas rurais, no contexto dos anos de 1940 a 1960, anos nos quais professores rurais foram considerados agentes e líderes que deveriam transformar o meio rural.

Na perspectiva de refletir sobre a educação rural mato-grossense, bem como sobre a formação de professoras e professores rurais e a atuação do Movimento de Educação de Base – MEB, construímos algumas discussões teóricas e metodológicas fundadas nas concepções dos elementos trazidos pela História Nova. A partir dessa perspectiva, trazemos a concepção de que a realidade é social ou culturalmente constituída e que toda atividade humana tem uma história. Desse modo, aderimos à historiografia contrária à escrita tradicional que tendia massivamente para a perpetuação de grandes feitos dos grandes homens. (BURKE, 1992).

Deslocamos nosso olhar para a educação rural e formação de professoras na região Centro Oeste brasileira, muito embora tenhamos a compreensão de que “[...] a história da história não se deve preocupar apenas com a produção histórica profissional, mas com todo um conjunto de fenômenos que constituem a cultura histórica, ou melhor, a mentalidade de uma época [...]”. (LE GOFF, 1990, p. 39). De fato, sabemos que esse passado se interliga ao presente, uma vez que “[...] o passado não deixa de viver e de se tomar presente [...]”. (LE GOFF, 1990, p. 20).

De início, identificamos dados disponibilizados em 1956 pelo censo, série nacional Brasil, realizado naquele ano. O Brasil, no ano de 1950, contava um total de 43.573.517 habitantes. Desse total, apenas de 11.334.416 (26,01%) pessoas residiam no meio urbano, e apenas 8.290.306 (73,15%) da população brasileira sabia ler e escrever. Já 3.044.110 (26,85%) não sabiam ler, nem escrever. (IBGE, 1956a).

No Censo Demográfico do Brasil de 1956, identificamos que do total de 27.319.826 (62,01%) de pessoas que residiam no meio rural, apenas 7.556.044 pessoas sabiam ler e escrever. 9.763.782 pessoas não sabiam ler, nem escrever. (IBGE, 1956a). Os dados estatísticos evidenciavam a necessidade de se colocar, nas pautas do poder público, os debates relativos à educação rural brasileira que já vinham sendo empreendidos por intelectuais como Sud Mennucci (1934).

As discussões sobre educação rural ganharam reforço no Oitavo Congresso Brasileiro de Educação realizado em 1942, na cidade de Goiânia. Gervásio Leite (1944), na época Diretor do Departamento Estadual de Estatística de Mato Grosso, retratou os aspectos mato-grossenses do ensino rural e Francisco Alexandre Ferreira Mendes (1944), fundador e primeiro administrador do Departamento de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso, expôs naquele congresso como se encontrava o ensino rural no estado de Mato Grosso.

Houve poucos avanços nos anos seguintes. Foi só em 1952, que o Ministério da Educação e Saúde, por meio do Departamento Nacional de Educação, instituiu a Campanha Nacional de Educação Rural – CNER com a finalidade de levar a educação de base ao meio rural brasileiro, cujo termo “educação de base” foi renomeado para “educação rural” para que se tornasse mais facilmente compreensível para o homem rural. (ARREGUY, 1959).

No estado de Mato Grosso, em setembro de 1963, o Movimento de Educação de Base – MEB iniciou suas atividades e se propagou por meio das escolas radiofônicas geridas pela Igreja Católica, cuja promoção de acesso escolar para a população das regiões mais remotas no estado de Mato Grosso, também levou a angariar mais fiéis, pois vários municípios e localidades aderiram à educação que era ofertada.

Com essas ações para ampliação e acesso à educação pelas populações rurais um dos desafios educacionais brasileiros se ampliava e uma pergunta ressoava: como formar normalistas para atuarem no meio rural?

EDUCAÇÃO DAS MASSAS RURAIS BRASILEIRAS E MATO-GROSSENSES: UM IMPERATIVO DE SALVAÇÃO NACIONAL

As discussões acerca da educação rural eram incipientes e pouco debatidas em um território essencialmente rural. Um dos precursores em defesa da escola rural, Sud Mennucci², em 1934, publicou a obra “A Crise Brasileira da Educação” (1934), que foi considerada leitura obrigatória para estudos sobre a educação brasileira.

Mennucci (1934) relacionava a crise da educação brasileira à crise mundial e pregava mudanças na organização da sociedade, defendendo um modelo de ensino específico para as populações do meio rural, bem como uma formação exclusiva para pessoas que desejassem atuar no ensino no meio rural. Para Mennucci era inapropriado que o Brasil, um país essencialmente rural, formasse professoras e professores que iriam atuar no meio rural nas escolas normais urbanas, pois para ele “[...] a escola da cidade estava em harmonia com as aspirações cidadinas, mas em oposição formal aos desejos dos meios camponeses [...]”. (MENNUCI, 1934, p. 134).

Grande parte dos problemas vivenciados pela educação rural, a considerar o exposto por Mennucci, decorria da ausência de uma formação específica para normalistas rurais, pois uma vez que se formassem nos cursos normais urbanos, docentes nunca seriam: “[...] o professor que os meios rurais reclamam. Sentir-se-á num inferno, de que precisa sair o mais depressa, custe o que custar. Ali ele se estiola, atrasa e azeda [...]”. (MENNUCI, 1934, p. 56).

O mesmo autor destacou que uma vez completados os cursos normais urbanos, docentes que iam ministrar suas aulas no meio rural caíam na desilusão logo nos primeiros dias de aulas, dado o contexto e as dificuldades que encontravam, afirmando que “[...] vai para o campo o professor bisonho, o mestre novato, apenas saído da forja das Normais,

inexperiente e inexperto, treinado em estabelecimentos de ensino urbano, onde tudo é fácil e cômodo [...]”. (MENNUCCI, 1934, p. 55).

No isolamento das localidades e convivendo com dificuldades de acesso aos centros urbanos, tanto pela precariedade de transporte quanto das condições de estradas e rodovias, professoras e professores normalistas rurais eram raros.

As pessoas que se arvorassem a ir atuar no meio rural, dele pouco conhecendo, eram justamente professores recém-formados e pouco qualificados, que nada conheciam do meio rural. Dessa forma, “[...] os professores que vão para o campo são os que menores vencimentos têm. A regra é perceberem um terço menos, advindo do fato que a zona rural é a que recebe os neófitos, isto é, os noviços mal-saídos das escolas normais [...]”. (MENNUCCI, 1934, p. 45). Docentes formados nas escolas urbanas pouco permaneciam no meio rural, pois dele pouco ou nada conheciam e ali apenas permaneciam até que pudessem encontrar aulas nas escolas das vilas ou nas cidades.

Mennucci (1934, p. 32) defendia uma escola normal rural que fosse organizada sob um tríplice ponto de vista: o pedagógico, sanitário e agrícola, uma escola e um modelo de ensino rural que trouxesse consigo “o desenvolvimento de uma mentalidade agrícola”. Essa formação de mentalidade agrícola deveria ser a meta dos cursos normais rurais. Assim normalistas rurais teriam a função de formar pessoas que se tornariam quase que hostis à vida da cidade e desejosos de se fixarem no meio rural. Uma tarefa que só poderia ser empreendida com políticas públicas direcionadas à educação rural.

Esses debates em torno da educação rural foram amplamente difundidos a partir de a realização do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação, em 1942, na cidade de Goiânia. Nesse Congresso, a educação rural mato-grossense foi retratada nos textos apresentados por Gervásio Leite (1944), na época Diretor do Departamento Estadual de Estatística de Mato Grosso e Francisco Alexandre Ferreira Mendes (1944), fundador e primeiro administrador do Departamento de Educação e Cultura de Mato Grosso.

Com uma discussão relacionada ao ensino rural mato-grossense, Leite (1944) evidenciou aspectos relacionados à crise da educação que o Brasil bem como a situação educacional em que se encontrava o estado de Mato Grosso. Leite (1944) destacou que havia um sistema de ensino separado da realidade com a qual docentes e habitantes rurais conviviam, incluindo a formação docente, inspeção escolar e ensino. Em relação ao professor da zona rural, Mennucci (1934) defendia uma formação docente que abarcasse múltiplas funções. Professores rurais deveriam ser capazes de atuar como consultor agrícola, contabilista, enfermeiro, conselheiro, afinal mais do que alfabetizar, era preciso estar atento ao próximo, de modo que professores rurais pudessem auxiliar a minorar as angústias da comunidade rural, incentivando camponeses ao gosto pela vida rural.

Em defesa da necessidade de se afastar das teorias e se voltar para a realidade do meio rural, para Leite (1944), os intelectuais da educação, professoras e professores eram

adeptos do teorismo e aqueles que defendiam reformas da educação o faziam apenas “[...] por amor à reforma [...]”. (LEITE, 1944, p. 135).

Outro ponto levantado foi que

[...] o ensino rural ficou por muito tempo entregue ao acaso de reformas artificiais, à indiferença do professor e a um método e programa de ensino eminentemente urbanos, levando à zona rural a indiferença e o desinteresse pelos problemas fundamentais do meio ao qual a escola serviu [...]. (LEITE, 1944, p. 135).

Foi defendendo essa concepção, que Leite em sua comunicação no Congresso, em forma de nota de rodapé, fez apologia à ampla reforma que se pregava do meio rural, ao elevado nacionalismo e dedicado patriotismo, princípios que os governantes procuravam disseminar entre a população brasileira, assim, segundo o professor dizia que “[...] esta comunicação modesta visa um elevado objetivo: a reforma de nosso ensino rural com isso penso que sirvo minha Pátria, servindo meu estado [...]”. (LEITE, 1944, p. 135).

Em relação à formação específica do professor rural, foi argumentado que “[...] para a manutenção eficiente da escola rural é indispensável o estabelecimento adequado capaz de formar ‘professores rurais’, inclinados à vida rural que tenham ‘alma ruralistas’ [...]”. (LEITE, 1944, p. 139). Essa formação possibilitaria que os professores rurais fossem capazes de atuar em diferentes frentes com o intuito de modificar o meio rural, o que possibilitaria o fortalecimento e incentivo da população rural em suas regiões.

Analisamos que esse princípio também vigorava em Mato Grosso: modificar as culturas que vigoravam entre as populações rurais. Pensar uma educação rural deveria ser mais do que apenas alfabetizar as populações camponesas, incluía a compreensão do meio rural e “[...] do interesse que a vida do campo lhe inspira, se tornar, para seus alunos, um perfeito exemplo a seguir. A simples alfabetização não resolve os problemas urgentes e inadiáveis do campo [...]”. (LEITE, 1944, p. 137). Cabia, portanto, que professores rurais fossem capazes de compreender as possibilidades econômicas da região, articulando as atividades de ensino, atividades agrícolas, higiênicas, econômicas e sociais.

Uma vez que a formação para professoras e professores fosse concluída, pessoas que fossem atuar nas escolas rurais, deveriam, além de alfabetizar, promover uma "conscientização" das pessoas no campo. Professores rurais não seriam apenas profissionais da educação, mas atuariam como “[...] consultor-agrícola, o contabilista, o enfermeiro, o conselheiro. Ele deve ser visto pelos pais de seus alunos com um conhecedor dos problemas, capaz de minorar seus sofrimentos [...]”. (LEITE, 1944, p. 139).

Francisco Ferreira Mendes (1944), em sua comunicação apresentada ao 8º Congresso Nacional de Educação, intitulada “O Ensino Primário em Mato Grosso”, também abordou a realidade da educação mato-grossense e apresentou como o ensino era ministrado em Mato Grosso nos grupos escolares, escolas reunidas e escolas isoladas urbanas, rurais e noturnas.

O ensino nas escolas isoladas rurais em Mato Grosso era ofertado em comunidades localizadas a mais de três quilômetros da sede dos municípios, em cursos com duração de dois anos. Havia duzentas e quarenta escolas isoladas rurais funcionando e cento sete em fase de instalação. Em relação ao ensino rural, a escola rural não correspondia à sua finalidade, visto que se formavam pessoas em cursos normais urbanos para atuar no meio rural e, portanto, com concepções dissonantes com os assuntos e problemas locais, afirmava que a escola rural não atendia aos fins a que se destinava. (MENDES, 1944).

Salvo pequenas exceções, Mendes (1944) destacou que era comum que a escola rural não correspondesse às suas finalidades, e o motivo principal deste atraso, estava na falta do preparo profissional dos professores rurais e na falta de intercâmbio de ideias entre professores, além da falta de livro didático apropriado ao meio e a região, uma vez que grande parte dos livros adotados eram de autores paulistas, com hábitos e costumes diferentes.

Mendes (1944) atribuiu a culpa do fracasso do ensino mato-grossense às pessoas que atuavam nas escolas rurais, eximindo o governo do estado das responsabilidades pela educação rural, como podemos comprovar no excerto a seguir.

A professora nomeada para a regência da escola, não conhece o lugar e o meio em que vai servir, mas, precisa ganhar a vida e manter a subsistência e a família. A escola instala-se, muitas vezes, em um rancho diferente do que foi apresentado à inspeção, sem mobiliário apropriado, e a professora fica na completa dependência do morubixaba do lugar. Desambientada, sujeita aos caprichos do dono da casa, falha de todos os recursos de alimentação e dos remédios, segregada, julga-se infeliz, e, quando tem forças, reage e consegue mudar-se para outro meio onde, muitas vezes, vai encontrar os mesmos ou novos embaraços. Com isso, leva a professora o tempo a pensar no período das férias para regressar ao lar, de onde, com muito custo, constrangida, no início do novo ano escolar volta a retomar a atividade, sem nenhum estímulo e sempre contrafeita. (MENDES, 1944, p. 199).

Podemos analisar consoante o exposto acima que perpassa o texto a ideia de culpabilidade à professora por não se adaptar ao meio, bem como a insatisfação da professora pelo trabalho que realizava. Há clara ausência de responsabilidade do estado para com a educação rural.

Mendes (1944) desconsiderou as duras condições comuns às populações rurais e que implicavam nos processos de ensino aprendizagem, pois mesmo as crianças, em sua maioria, precisavam trabalhar na roça e “[...] ajudar os pais nos serviços de vigilância do arrozal, na colheita ou no ato de *bater feijão*, prejudicando a frequência e o ensino! [...]”. (MENDES, 1944, p. 199). O trabalho infantil era cotidiano entre as crianças do meio rural, que ajudavam os pais nas lavouras, o que prejudicava sobremaneira a frequência escolar. Ações que pudessem auxiliar a mudar essa realidade das crianças não foram mencionadas: o que valia era responsabilizar professores rurais pela ineficiência do ensino.

Outro aspecto pouco discutido foram os poucos salários pagos para professores rurais ou a formação ofertada pelo estado para professores normalistas rurais. Naqueles anos, qualquer pessoa, com um mínimo de conhecimento, estaria apta a ministrar aulas nas escolas rurais mato-grossenses, precarizando ainda mais o ensino ofertado. Era um cenário de privações dispensadas à educação rural, de fato eram “[...] escolas simplesmente de alfabetização, o que não basta, por isso que é necessário nacionalizar e educar [...]”. (MENDES, 1944, p. 199).

Havia ainda a defesa por “[...] um tipo de escola nacionalista, onde o ensino cívico complete a ação educadora, integrando na comunhão nacional, centenas de brasileiros segregados da Pátria [...]”. (MENDES, 1944, p. 199).

Uma análise mais acurada do exposto acima, permite-nos afirmar que uma vez criadas as escolas rurais, qualquer pessoa com um mínimo de conhecimento era nomeada regente de escola e ministravam aulas em ambientes precários.

FORMAÇÃO DE PROFESSORAS E PROFESSORES RURAIS – A REALIDADE DE MATO GROSSO

A situação da educação rural mato-grossense não destoava dos problemas nacionais, prevalecendo a falta de normalistas rurais. No meio rural, as adversidades acentuavam-se ainda mais. Com carência de contratação de normalistas rurais, predominava a figura dos “professores leigos”, pessoas que não cursaram escola normal, e que, portanto, não tinham as habilitações para o exercício do magistério primário.

Com a promulgação da Lei Estadual n.º 452, de 24 de novembro de 1951, o ensino público mato-grossense passou a se organizar da seguinte forma: 1- ensino primário, subdividido em grupos escolares, escolas reunidas, escolas isoladas urbanas, escolas isoladas rurais e escolas isoladas noturnas; 2- ensino secundário, subdividido em fundamental e científico; 3- Técnico Comercial e, 4 – Superior. (COSTA, 1952).

Em Mato Grosso, continuavam as dificuldades com a infraestrutura, ausência de diretrizes pedagógicas e prevalecia o “[...] desconforto dos prédios e a falta de equipamento para o funcionamento das classes, como seja a carência de carteira, quadros negros, mapas, etc., desestimula os professores e afastam também os alunos da frequência [...]”. (COSTA, 1951, p. 30).

Podemos evidenciar, portanto, que a resistência de professoras e professores em ministrar aulas no meio rural, na verdade, devia-se principalmente às condições de ensino que lhes eram ofertadas, pois ali tudo faltava, do quadro negro aos recursos didáticos mais básicos. (FERREIRA; BARROS, 2015). Essa situação acabava gerando “[...] relutância dos professores normalistas em atuarem na zona rural, uma vez que as poucas escolas existentes não gozavam de prestígio, muito embora na época, o meio rural abrigasse a maior parte da população brasileira [...]”. (FERREIRA, 2017, p. 5).

Acrescentamos, ainda que o baixo salário ofertado era outro fator que desestimulava o exercício da docência no meio rural. Se o salário é ínfimo para o exercício profissional nas escolas urbanas, nas escolas rurais era ainda menor.

É justo o salário de nossos professores? [...] ganhando um salariozinho insuficiente, chegando o mesmo, até certo ponto de ser desencorajador para os nossos queridos mestres. [...] como poderia os nossos professores, se dedicarem com afinco no aperfeiçoamento da matéria a qual leciona se os mesmos precisam arrumarem um outro meio de trabalho para levarem uma vida mais cômoda? [...] com esse vencimentozinho de nada. (É JUSTO..., 1964).

Frente a essa realidade na formação docente no estado mato-grossense, Costa (1952) sugeriu que ocorressem cursos de férias com a finalidade “[...] adestrar leigos nos conhecimentos pedagógicos e atualizar os dos diplomados, foram instituídos cursos de férias, que se iniciaram em julho passado [...]”. (COSTA, 1952, p. 26).

Os cursos de formação de professores rurais ocorriam nas férias, inclusive nas férias de fim de ano, em Campo Grande, Dourados, Cuiabá, Corumbá, Cáceres, Três Lagoas, Aquidauana, Ponta Porã, Dourados, Amambaí, Coxim, Guiratinga, Poxoréo, Poconé e Rosário do Oeste. Eram ministradas aulas de Português, Aritmética, Geografia, História, Higiene, entre outras disciplinas. (COSTA, 1952).

Como exposto acima, podemos apontar que “adestrar leigos” denotava, uma concepção mecânica e tradicional de ensino. O “adestramento” implicava certamente a oferta de uma formação que seria coerente com os intuítos do estado e da nação, vinculadas aos interesses dos governantes, enfim, uma formação específica e adequada aos interesses do governo mato-grossense para a população que habitava o meio rural. Para o meio rural, por vezes, bastava que fossem “[...] guindados à posição de professor criaturas semialfabetizados [...]”. (COSTA, 1952, p. 26).

Não se tratava de ofertar uma formação que pudesse levar professores rurais a serem mais efetivos em seu trabalho, pelo contrário, a situação era apropriada ao governo: pagava-se menos, professores estudavam no período de férias, sem remuneração e descanso e o governo tinha mão de obra condizente com seus interesses, afinal a formação ofertada era uma forma de “adestramento”, em suma, coadunando com os interesses do governo “[...] era preciso, formar professoras e professores sem, no entanto, afastá-las/afastá-los do ambiente que lhes serviam para a lida diária com o trabalho nas salas de aula [...]”. (FERREIRA, 2020, p. 314).

Entre as 1.085 escolas rurais existentes em Mato Grosso, haviam apenas 1.853 normalistas e apenas sete escolas normais destinadas à formação profissional para a atuação no magistério, segundo dados levantados pelo Departamento de Educação, em 1956, como podemos ver no excerto a seguir, quando Arruda (1956) expôs como estava organizado o ensino primário mato-grossense:

ENSINO PRIMÁRIO

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO – O ensino primário é ministrado, segundo à localização e o tipo de organização de cada estabelecimento (número de classes) nos Grupos Escolares, Escolas Reunidas, Escolas Rurais, Escolas Urbanas, Escolas Noturnas e Escolas Regimentais. Dispões (Estado atualmente de: Grupos Escolares: 49; Escolas Reunidas: 36; Escolas Rurais: 1.085; Escolas Urbanas: 9; Escolas Noturnas: 1; Escolas Regimentais: 10. **NÚMERO DE PROFESSORES** – Conta o Estado atualmente com o número de 1.853 professores, segundo recente levantamento levado a efeito pelo Departamento de Educação, o que importa dizer que há um excedente de 503 professores primários além do quadro, porquanto a lei n.760, de 5 de julho de 1955, que o reestruturou, elevou o seu número de 1.035 para 1.350. (ARRUDA, 1956, p. 86, grifo do autor).

Analisando os dados acima, apontamos que os cursos de férias eram essenciais, dado o número de escolas e de estudantes existentes. Mas era preciso antes de tudo, “adestrar” o maior número possível de docentes no menor prazo possível, docentes que não questionassem ou solicitassem salários mais dignos e outras formas de pagamento por estarem estudando no seu período de férias. Uma vez formadas, essas pessoas deveriam se responsabilizar pela educação dos rurícolas como queria o governo que lhes propiciou os cursos de férias, que lhes "adestrou".

O MEB E A EDUCAÇÃO RURAL EM MATO GROSSO

Em Mato Grosso, devido à vasta extensão territorial do estado, como demonstrado por meio no Censo demográfico relativo a Mato Grosso, apontou que no ano de 1956 o estado possuía uma área territorial de 1.262.572 Km, era grande o desafio de ofertar educação à população, não só pela falta de normalistas rurais no estado, mas também devido a dificuldade de acesso às regiões mais remotas do Estado.

Mato Grosso contava, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Mato Grosso – IBGE/Mato Grosso, nos anos de 1950, com uma população, cerca de 45%, com idade de dezoito anos ou mais, que era analfabeta. (IBGE, 1956b). Esse mesmo Censo constatou que dos 522.044 habitantes mato-grossenses, 122.032 (23,3%) viviam na área urbana, 55.798 (10,7%) em área suburbana, e, 344.214 (66,0%) em área rural. (IBGE, 1956b, p. 76).

A distribuição de escolas para uma população dispersa nessa grande extensão territorial era uma tarefa considerada “[...] o empreendimento mais penoso que ao Departamento de Educação e Cultura, o órgão responsável por esse empreendimento setor da administração, cumpre realizar [...]”. (COSTA, 1952, p. 26).

Vinculada às atividades educativas realizadas pela igreja católica, o MEB, iniciou a execução de extensiva campanha rural, cujo principal objetivo era ofertar uma educação de base que pudesse atender, principalmente, zonas rurais e regiões subdesenvolvidas do Norte,

Nordeste e Centro-Oeste. Aliada a interesses de evangelizar a população e recebendo para isso recursos públicos, a igreja iniciou as atividades do MEB.

No relatório da CNER, elaborado em 1957, consta que MEB abrangia vinte e uma unidades nos estados, muito provavelmente, em Mato Grosso, o MEB esteve articulado às atividades propostas pela CNER. (ARREGUY, 1957).

Claro está para nós que a partir das atividades desenvolvidas pela CNER relativas à educação rural, como as missões e os cursos de formação de professoras e demais atividades de extensão, essas ações serviriam tanto como forma de evitar a fuga dos rurícolas para o mundo do trabalho urbano, como de alguma forma, contribuíram para formar trabalhadores locais para os latifúndios. (FERREIRA; SOUZA; PRADO, 2019).

Propagando a ideia de que os problemas de saúde, de economia, de instrução entre outros presentes no meio rural seriam decorrentes de questões de ordens estruturais proveniente da cultura dos rurícolas, a educação de base foi considerada a mola propulsora das reformas do meio rural como queria o governo brasileiro.

Aproveitando-se que no estado de Mato Grosso a quantidade de escolas era insuficiente para atender a população, dado principalmente à dificuldade de acesso regiões mais remotas, bem como extensas áreas pouco habitadas e visando alcançar habitantes das pequenas localidades e vilas dispersas no estado, em setembro de 1963, uma extensa campanha radialista, capitaneada pela Igreja Católica, teve início.

Vários municípios e localidades próximas a Cuiabá, capital de Mato Grosso, cerca de 50 municípios receberam receptores necessários às aulas radiofônicas. Entre esses municípios estavam Cuiabá, Passagem da Conceição, Sucuri de Cima, Fazendinha, Acorizal, Engenho, Forquilha, Sucuri, Poção, Mangueiral do Valo, Bocaiual, Capela do Piçarrão, Curicaca, Várzea Funda e Pai André, com um considerável empenho do governo do estado nos trabalhos de ampliação radiofônico empreendidos pela igreja católica.

Notícias foram veiculadas no Jornal Católico A Cruz, cujos exemplares encontram-se preservados no arquivo da Mitra Arquidiocesana de Cuiabá, publicitando e convencendo a população sobre a razão da utilização das rádios em sala de aula.

Cresce de ponto, cada vez mais, a importância das Escolas Radiofônicas, máximo em região como nossa população disseminada em pequenos grupos e de uma porcentagem considerável de analfabetos. As Escolas Radiofônicas, em sintonia com a Rádio Bom Jesus, vêm prestando serviço eficiente na alfabetização do nosso homem do campo. A nova direção da Rádio Bom Jesus se propõe ampliar o número de aulas já instaladas, esperando-se para breve atingir o número de 150 aulas, com cerca de 4.000 alunos, nos municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Rosário Oeste, Acorizal, Engenho, Leverger, Barão de Melgaço, Nobres, Livramento, Poconé, Chapada de Guimarães, Barra do Bugres e Cáceres. (ESCOLAS..., 1964).

Prevalecia o interesse em difundir, por lado, aspectos educativos e religiosos e por outro, despende o menor custo possível com a educação dos rurícolas, alcançando o maior número possível de pessoas. Em outra publicação, é possível perceber claramente o chamamento, e por extensão a atribuição de responsabilidade, da população mato-grossense se unisse para não só se alfabetizar, mas para tornar possível a oferta de educação que chegasse ao maior número de pessoas.

Nenhum progresso humano se pode fazer sem que o homem comece a promover o esclarecimento de seu próprio espírito. Infelizmente, as escolas existentes não bastam para atender nem mesmo à infância e à adolescência das cidades, das vilas e dos povoados mais progressistas. Os resultados foram pequenos demais para nossas imensas exigências. “Alfabetizaram centenas de milhares, quando nosso problema é de dezenas de milhões”. (PORQUE..., 1963).

Cabe destacar MEB teve início logo após o término da CNER e foi criado vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com a promulgação de o Decreto nº. 50.370, de 21 de março de 1961, financiado pelo governo federal, que estabeleceu no Artigo 1º que “[...] O Governo Federal prestigiará o Movimento de Educação de Base (MEB) através de Escolas Radiofônicas a ser empreendido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil nas áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País [...]”. (BRASIL, 1961).

Esse Decreto estabeleceu ainda que os setores da administração pública federal colaborariam com o MEB, dentro das suas possibilidades técnico-administrativas de atendimento, mediante convênios e a serem firmados conforme consta no Artigo 8º, no qual o Ministério da Educação e Cultura atribui especificamente à “[...] Campanha Nacional de Educação Rural, pela Campanha Nacional de Educação de Adultos pela Campanha Nacional de Merenda Escolar, pela Campanha de Erradicação do Analfabetismo e pelo Sistema Radio educativo Nacional [...]”. (BRASIL, 1961).

A partir da análise desses dados, é possível apontarmos pelo menos duas considerações, às quais ainda cabe, entretanto, aprofundar nossos estudos. A primeira delas é que se mostra claro um certo intervencionismo na CNER por parte de governos e dos intelectuais católicos, afinal, grande parte dos recursos financeiros destinados à CNER foi transferida para o MEB sob gestão principalmente da CNBB. Um segundo apontamento a que nos permitimos é de que esse foi um dos prováveis fatores que determinou o encerramento das atividades da CNER, uma vez que a campanha se viu sem recursos financeiros para prosseguir com suas ações.

Há que se considerar, por último, que o MEB se manteve vinculado ao governo federal, dele recebendo recursos financeiros. Era um programa nacional voltado para a educação de adultos, mas adotando o mesmo norte da CNER que era a formação de atitudes e “transmissão de conhecimentos” consoante aos interesses determinados pelo capitalismo em ascensão no Brasil e que visava, de fato, organizar as comunidades para que aceitassem,

e mais do que isso, adotassem as reformas de base pretendidas pelo governo, como a da estrutura agrária do país, submetendo-a aos princípios da produção e do consumo.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A partir das fontes analisadas procuramos refletir sobre a educação rural e formação de professoras rurais com enfoque para o estado mato-grossense. Foi possível evidenciar alguns aspectos da formação de professoras e professores rurais ofertados no período em estudo. A formação ofertada trouxe em seu bojo uma finalidade explícita: levar docentes rurais a atuarem de forma significativa no meio rural com o intuito de modificar as práticas culturais, modos de ser e de viver nas vilas e comunidades rurais. Além disso, professores em atuação deveriam frequentar cursos de formação em suas férias, sem, contudo, receberem por isso.

Dentre os problemas enfrentados à oferta da educação rural mato-grossense destacamos a escassez de professoras e professores habilitados para atuação no meio rural, falta de livros didáticos que abordassem peculiaridades regionais, a extensão territorial e as dificuldades de acesso e locomoção às regiões mais distantes do estado, entre outros, e a pouca ou nenhuma atuação do poder público junto à população campesina no que dizia respeito à educação.

O governo estadual tratava de se eximir de suas responsabilidades e culpabilizava principalmente professoras pelos baixos índices educacionais e pelo fracasso dos processos de ensino e aprendizagem nas escolas rurais.

Ao refletir a respeito de como a educação rural foi pensada por meio da Campanha Nacional de Educação Rural - CNER e do Movimento de Educação de Base – MEB em Mato Grosso, apontamos que ambas as ações estiveram voltadas para modificar e intervir nos costumes e nas culturas no meio rural, desconsiderando as especificidades da região e das populações que viviam nas localidades campesinas. O MEB tratou ainda de divulgar princípios religiosos e evangelizar as populações rurais.

Financiado pelo governo federal, o MEB foi empreendido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil por meio de ações educativas desenvolvidas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, desenvolvendo um programa nacional de educação de adultos em regiões tidas como “atrasadas”. Para isso, munuiu-se de escolas radiofônicas, o que nos levou à percepção de que houve certo intervencionismo na CNER, uma vez que os recursos da campanha parecem ter sido direcionados ao MEB, o que pode ter corroborado, entre outros fatores, para a extinção da CNER.

Apesar das justificativas em defesa da escola rural e da formação de profissionais para atuarem na educação rural, destacamos que não foi proporcionado meios para que normalistas rurais pudessem ser mais valorizados ou tivessem mais interesse em atuar no meio rural, evidenciado principalmente pelos baixos salários, infraestrutura precária das

escolas, recursos didáticos e mobiliário insuficiente, entre outros fatores. Enfim, o que evidenciamos é o claro descaso de governantes brasileiros com a educação rural, que se manteve ao longo dos anos e de movimentos e campanhas.

REFERÊNCIAS

ARREGUY, C. E. (org.). **Revista da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER)**. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, v. 4, n. 5, 1957.

ARREGUY, C. E. (org.). **Revista da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER)**. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, v. 8/9, n. 10, 1959.

ARRUDA, J. P. de. **Mensagens do Governador do Estado de Mato Grosso à Assembleia Legislativa**. Cuiabá: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, 1956.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 50.370, de 21 de março de 1961**. Programa de Educação de Base. Disponível em: <https://bit.ly/3wMseDD>. Acesso em: 09 set. 2019.

BURKE, P. **A escrita da história: novas perspectivas**. BURKE, P. (org.). Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

COSTA, F. C. da. **Mensagens do Governador do Estado de Mato Grosso à Assembleia Legislativa**. Cuiabá: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, 1951.

COSTA, F. C. da. **Mensagens do Governador do Estado de Mato Grosso à Assembleia Legislativa**. Cuiabá: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, 1952.

É JUSTO os salários dos nossos professores? **Jornal A Cruz**. Mato Grosso, dez. 1964.

ESCOLAS radiofônica. **Jornal A Cruz**. Mato Grosso, 30 maio 1964.

FERREIRA, N. V. C. **Formação de professoras rurais leigas: “abandonadas a seus próprios recursos...”** In FALEIRO, W.; CARDOSO, E. C. de F.; ALMEIDA, M. Z. C. M. de A (org.). **Nucleação ou exclusão escolar? Caminhos e descaminhos da política de fechamento das escolas do campo**. 1 ed. Goiânia: Kelps, 2020. V. 1. p. 301-318. ISBN: 978-65-5859-042-2.

FERREIRA, N. V. C. Os Cursos Normais Rurais Brasileiros no âmbito da CNER (1950-1963). In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 9., 2017, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia: RBdigital, 2017. 1 CD-ROM, p. 1-15.

FERREIRA, N. V. C.; BARROS, J. A. Instrução pública no início da República: Mato Grosso e Minas Gerais no fim do século XIX e início do século XX (1889-1906). **Revista Eletrônica Documento/Monumento**, v. 15, p. 156-181, 2015.

FERREIRA, N. V. C.; SOUZA, C. O.; PRADO, F. B. do. **História da educação no Centro-Oeste e Norte brasileiros entre o ofício e a missão: formação de professoras normalistas e missionárias rurais.** Curitiba: Appris, 2019.

IBGE. Série Nacional, Vol. I. **Brasil.** Censo Demográfico. Rio de Janeiro: 1956a. Disponível em: <https://bit.ly/3c0hnfA>. Acesso em: 20 ago. 2019.

IBGE. Série Regional, Vol. XXIX. **Estado de Mato Grosso.** Censos Demográfico e Econômico. Rio de Janeiro, 1956b. Disponível em: <https://bit.ly/30jKpof>. Acesso em: 20 ago. 2019.

LE GOFF, J. **História e memória.** Tradução Bernardo Leitão, *et al.* Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1990.

LEITE, G. Aspecto mato-grossense do ensino rural. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, 8., 1944, Goiânia. **Anais [...].** Rio de Janeiro: IBGE, 1944. p. 135-142. Disponível em: <https://bit.ly/3qvDCCJ>. Acesso em: 20 ago. 2019.

MATO GROSSO. Lei n. ° 452, de 24 de novembro de 1951. **Lei Orgânica do Ensino Primário do estado de Mato Grosso.** Cuiabá, MT, 24 nov. 1951.

MENDES, F. A. F. O ensino primário em Mato Grosso. **Associação Brasileira de Educação,** Rio de Janeiro, 1944. p. 197-201. Trabalho apresentado no 8º Congresso Brasileiro de Educação, 1942, Goiânia. Disponível em: <https://bit.ly/3kmnTC4>. Acesso em: 20 ago. 2019.

MENNUCCI, S. **A crise brasileira de educação.** 2. ed. São Paulo, SP: Piratininga, 1934.

PORQUE escolas radiofônicas? **Jornal A Cruz.** Mato Grosso. 18 de abr. 1963.

AUTORIA:

* Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Assistente social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Contato: carminhavisquetti@msn.com

** Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. Contato: nilcevieiraufmt@gmail.com

COMO CITAR ABNT:

VISQUETTI, C. A.; FERREIRA, N. V. C. "A zona rural é a que recebe os neófitos..." formação de normalistas rurais nas escolas normais rurais brasileiras e em Mato Grosso (1940-1960). **Revista HISTEDBR On-line,** Campinas, SP, v. 22, p. 1-16, 2022. DOI: 10.20396/rho.v22i00.8659737. Disponível em: <https://bitly.com/QsUxM>. Acesso em: 30 mar. 2022.

Notas

- ¹ O presente artigo conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.
- ² Sud Mennuci, foi educador, geógrafo, sociólogo, jornalista e escritor. Em 1931 atuou como Diretor-Geral de Ensino de São Paulo, além de suas atividades na administração do sistema paulista bem como jornalista e escritor. Um dos seus maiores destaques foi o livro “A Crise Brasileira de Educação” (1934), premiado pela Academia Brasileira de Letras. (MENNUCCI, 1934).